



CONTRATO N° 10/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE
SAÚDE E REBECCA MARIA OLIVEIRA DE
GÓIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNESA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.437.005/0001-30, com sede Travessa Manoel Aguiar Menezes, 49 - Getúlio Vargas , Aracaju/SE, neste ato representada por sua Diretora-Geral, Sra. **LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO**, brasileira, inscrita no CPF nº: XXX.304.395-XX e portadora do RG nº: 1.361.XXX SSP-SE, residente e domiciliada em Aracaju/SE, e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. **FERNANDO JOSÉ CHAGAS JÚNIOR**, brasileiro, inscrito no CPF nº XXX.358.485-XX, residente e domiciliado em Aracaju/SE.

CONTRATADA: REBECCA MARIA OLIVEIRA DE GÓIS, inscrita no CPF nº XXX.742.675-XX e portadora do RG nº 3.072.XXX-9 SSP/SE, residente e domiciliada na Rua XXX, nº XXX, Bairro Aeroporto, CEP: 49.037-730.

OS CONTRATANTES, nos termos do Processo nº 2091/2021-CONT/TEMP/PESS-FUNESA, inclusive Parecer PROJU/FUNESA nº 92/2021, e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 5.848/2006, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a consultoria especializada para execução de atividades relativas ao processo de elaboração e implantação do comitê técnico-científico da Atenção Primária à Saúde e no apoio técnico na elaboração técnica e científica de documentos de apoio aos profissionais da gestão e da assistência, com foco na integração da APS com a Vigilância em saúde, na Saúde Digital e na gestão do cuidado, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este instrumento, independente de transcrição.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO



2.1 Este Termo de Contrato tem prazo de vigência e execução de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, condicionada a publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE PAGAMENTO DA CONSULTORIA

ATIVIDADE	PRODUTO	PRAZO	MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO	VALOR DA HORA	TOTAL
DIMENSIONADAS PARA CADA PRODUTO					
Atividades de formulação, articulação e assessoramento					
	Relatório técnico contendo descrição das atividades desenvolvidas e os instrumentos produzidos	dez/21	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		jan/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		fev/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		mar/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		abr/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		mai/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		jun/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		jul/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		ago/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		set/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		out/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
		nov/22	60	R\$ 100,00	R\$ 6.000,00
TOTAL		12 meses	720		R\$ 72.000,00

3.2 Todos os pagamentos previstos neste instrumento serão liberados e realizados após aprovação formal pelo Fiscal de Contrato designado pela Funesa, no que diz respeito à qualidade do trabalho apresentado pelo Consultor, bem com o cumprimento das demandas e prazos estipulados.

26

26

26



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos são oriundos do Contrato Estatal de Serviços nº 15/2020, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe e a Fundação Estadual de Saúde (Funesa).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pelo Contratado é aquele previsto no Termo de Referência e na proposta.

5.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

5.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

5.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de sanções.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

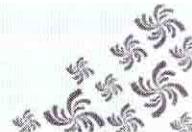
6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal.

6.1.1 O pagamento deve ocorrer mensalmente à medida que se comprove a realização das atividades previstas no cronograma de trabalho.

6.1.2 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura somente ocorrerá depois do recebimento definitivo do serviço, conforme item 5 deste Contrato.

6.2 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, com a comprovação da manutenção das condições de habilitação (documentos exigidos no Termo de Referência), mediante protocolo externo via sistema e-doc.

6.3 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade; data da emissão;



dados do contrato e da Contratante; período de prestação dos serviços; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreposto até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.1 Antes da emissão da Ordem Bancária, as condições de habilitação exigidas serão consultadas, bem como se há algum impedimento de licitar ou de contratar com a FUNESA.

6.5.2 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.5.3 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratada a ampla defesa.

6.5.4 Será rescindido o contrato em execução com o Contratado inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

6.5.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

6.5.6 Quando do pagamento ou em momento determinado pela legislação, será efetuada a retenção tributária aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

6.6 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

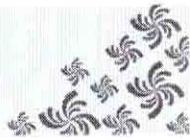
7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da assinatura do contrato, pela variação do INPC.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. Competirá ao Contratada exercer, perante o Contratante, seu direito ao reajuste, sendo que, se não o fizer

24



de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar expirar o prazo de vigência, ocorrerá a preclusão do seu direito ao reajuste.

8. CLÁUSULA OITAVA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.3 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, sendo realizada pela Diretora Operacional da FUNESa, a **Sra. DANIELE DE ARAUJO TRAVASSOS**, inscrita no CPF nº 032.344.065-70, ou quem o substituir, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados

(Assinatura)



eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4 Pagar ao Contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber;

9.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especial- mente para efeito de concessão de diárias e passagens;

9.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

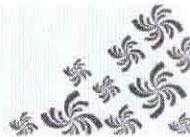
10. CLÁUSULA DEZ – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

10.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo

MR



fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Fundação Estadual de Saúde, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.5 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, mensalmente, a documentação comprobatória de habilitação exigida no Termo de referência;

10.1.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.1.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.1.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

10.1.9 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

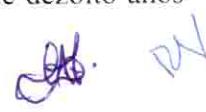
10.1.10 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

10.1.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.13 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;

10.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 10.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 10.1.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 10.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 10.1.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.1.20 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11. CLÁUSULA ONZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

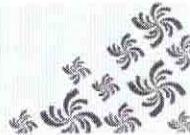
11.1 Pratica ato ilícito o licitante ou a Contratada que:

- 11.1.1 Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;
- 11.1.2 Não entregar a documentação exigida no termo de referência;
- 11.1.3 Apresentar documentação falsa;
- 11.1.4 Causar o atraso na execução do objeto;
- 11.1.5 Não mantiver a proposta;
- 11.1.6 Falhar na execução do contrato;
- 11.1.7 Fraudar a execução do contrato;
- 11.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.9 Declarar informações falsas; e
- 11.1.10 Cometer fraude fiscal.

11.2 A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual:

- 11.2.1 Advertência;
- 11.2.2 Multa;
- 11.2.3 Impedimento de licitar e contratar com a Fundação Estadual de Saúde, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, observada a proporcionalidade e a gravidade da conduta; e

PN



11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3 A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

11.4 A multa aplicável será de:

11.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;

11.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa referida no item anterior;

11.4.3. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

c) pela recusa injustificada em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

11.5. O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

11.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material ou execução de serviços, se dia de expediente normal na FUNESA, ou do primeiro dia útil seguinte.

11.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

11.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega de material ou na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa ou advertência.

11.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação com a Fundação Estadual de Saúde;

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

12. CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do Contratado com ou em outra pessoa, desde que sejam

(B) [Signature]



observados pela nova pessoa todos os requisitos de habilitação exigidos; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. O Contratado reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA TREZE – VEDAÇÕES

13.1 É vedado ao Contratado:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

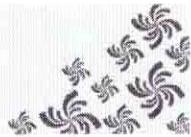
14.2 O Contratado é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e nas demais normas de licitações e contratos administrativos, além de, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – PUBLICAÇÃO



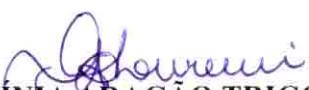
16.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

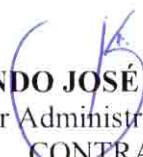
17. CLÁUSULA DEZESSETE – FORO

17.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Aracaju-SE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 02 vias de igual teor.

Aracaju, 03 de dezembro de 2021.


LAVINIA ARAGÃO TRIGO LOUREIRO
Diretora Geral da FUNESA
CONTRATANTE


FERNANDO JOSÉ CHAGAS JÚNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro
CONTRATANTE


REBECCA MARIA OLIVEIRA DE GÓIS
CPF: XXX.742.675-XX
CONTRATADA

sexta-feira, 03 de Dezembro de 2021 Aracaju - Sergipe

Diário Oficial

Nº 28.803

25



Lote	Nome Básico	Marca/Modelo	Empresa Vendedora	Unidade	Qnt.	Preço unit.	Preço Total
01	Jaleco (manga longa)			UND	500		
02	Camisa (Gola Polo Esporte)	Daré	Nadia Correia de Almeida ME CNPJ: 10.275.216/0001-13	UND	60	R\$ 20,00	R\$ 1.200,00
03	Camisa (manga curta)	Daré	Nadia Correia de Almeida ME CNPJ: 10.275.216/0001-13	UND	3000	R\$ 12,92	R\$ 38.780,00
04	Camiseta (manga curta-30)	JeM	JKM Comércio Indústria de Confecções e Silk-Screen CNPJ: 00.773.352/0001-80	UND	600	R\$ 14,99	R\$ 8.994,00
05	Camisa (manga curta)	JeM	JKM Comércio Indústria de Confecções e Silk-Screen CNPJ: 00.773.352/0001-80	UND	5600	R\$ 12,99	R\$ 72.744,00
06	Bolsa em Lona (Tipo pasto)	Mundi Bolsas	Mundi Bolsas Eireli CNPJ: 30.131.373/0001-62	UND	2500	R\$ 9,50	R\$ 23.750,00
07	Bolsa em Lona (Tipo Cartero)	Daré	Nadia Correia de Almeida ME CNPJ: 10.275.216/0001-13	UND	2500	R\$ 25,72	R\$ 64.300,00
08	Bolsa em Algodão CRU	Mundi Bolsas	Mundi Bolsas Eireli CNPJ: 30.131.373/0001-62	UND	2500	R\$7,90	R\$ 19.750,00

A presente Licitação obteve como menor preço total o valor de R\$ 229.518,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e dezoito reais).



Observação: LOTE 01 - Jaleco (manga longa), nenhuma das empresas arrematantes atenderam ao solicitado no Edital e seus anexos. Convocarei a próxima empresa e aguardaremos o envio da amostra para análise.

Aracaju/SE, 26 de novembro de 2021.

BRUNA COSTA SANTANA
Pregoeira Oficial da CPL - FUNESA

HOMOLOGO à presente licitação que originou o PREGÃO ELETRÔNICO nº 03/2021 para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Aracaju/SE, 01 dezembro de 2021.

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO
Diretora Geral da Fundação Estadual de Saúde - FUNESA



EXTRATO DO CONTRATO N° 10-2021

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE
CONTRATADO: REBECCA MARIA OLIVEIRA DE GÓIS
OBJETO: Consultoria especializada para execução de atividades relativas ao processo de elaboração e implantação do comitê técnico-científico da Atenção Primária à Saúde e no apoio técnico na elaboração técnica e científica de documentos de apoio aos profissionais da gestão e da assistência, com foco na integração da APS com a Vigilância em saúde, na Saúde Digital e na gestão do cuidado
VIGÊNCIA: 01/12/2021 à 30/11/2022
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 25 da LEI 8.666/1993.
PARECER JURÍDICO N° 92/2021.
VALOR: O valor total estimado da contratação é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 01 de dezembro de 2021.

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO
Diretora Geral da FUNESA

Documento assinado digitalmente com certificação digital emitida sobre a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, mediante código de verificação 2.230. Autenticação Certificadora: ACP/IMPRESSA OFICIAL SP. Data: 01/12/2021 07:19:20

EXTRATO DO CONTRATO N° 09-2021

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE
CONTRATADO: SAFIRA RIOS SOUZA CRUZ
OBJETO: Consultoria especializada para execução de atividades relativas ao processo de elaboração e implantação de processos educacionais para profissionais da Atenção Primária à Saúde, com foco em programas de residência.

VIGÊNCIA: 01/12/2021 à 30/11/2022

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 25 da LEI 8.666/1993.

PARECER JURÍDICO N° 91/2021.

VALOR: O valor total estimado da contratação é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 01 de dezembro de 2021.

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO
Diretora Geral da FUNESA



EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 22/2019

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE

CONTRATADO: GUILHERME VIAGENS E TURISMO LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI N° 8.666/1993.

PARECER JURÍDICO: 84/2021

VIGÊNCIA: 06/12/2021 à 05/12/2022

VALOR: Os valores unitários dos serviços prestados passam a ser os constantes da tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE TOTAL MENSAL ESTIMADA DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA R\$	VALOR MENSAL R\$
1.	LOCACÃO EVENTUAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO CAMINHÃO-BAU, COM MOTORISTA, PARA REALIZAR VIAGENS INTERMUNICIPAIS, COM PESO BRUTO MÍNIMO DE 7.000Kg X 2.60M X 2.60M, COM CAPACIDADE 6.000 KG, PARA TRANSPORTES DE MATERIAIS E UTENSÍLIOS.	30	758,80 (setecentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos)	22.751,40 (vinte e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze e cinco centavos)
2.	LOCACÃO EVENTUAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO ÔNIBUS, COM MOTORISTA, PARA REALIZAR VIAJES INTERMUNICIPAIS, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 14/19, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, CAPACIDADE PARA NO MÁXIMO 46 PASSAGEIROS (SENTADOS), 01 (UM) WC.	100	689,12 (seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)	68.912,31 (sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois reais e trinta e um centavos)
3.	LOCACÃO EVENTUAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO ÔNIBUS, COM MOTORISTA, PARA REALIZAR VIAGENS INTERMUNICIPAIS, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 14/19, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, COM POLTRONAS REclináveis, 01 (UM) WC.	150	673,11 (seiscentos e setenta e três reais e onze centavos)	100.965,80 (cem mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e três reais e onze centavos)
4.	LOCACÃO EVENTUAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TIPO VAN, COM MOTORISTA, PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 14/19, COM AR-CONDICIONADO.	150	467,59 (quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos)	70.138,98 (setenta mil, cem, trinta e trinta e nove reais e noventa e oito centavos)
VALOR TOTAL MENSAL				RS 262.789,54
VALOR GLOBAL ANUAL				RS 3.153.474,48

DATA DE ASSINATURA: 01 de dezembro de 2021.

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO
Diretora Geral da FUNESA

Fundação Hospitalar de Saúde

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE
PORTARIA N° 290/2021

De 02 de dezembro de 2021

Torna sem efeito a portaria que exonera para o cargo de Livre Provimento de Assessor Técnico de Apoio as Unidades do Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho.

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS, no uso da atribuição conferida pelo art.12, inciso X, alínea "a", do Estatuto da Fundação, resolve:

TORNAR SEM EFEITO:

A Portaria N° 289/2021, de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial nº 28801 de 01 de dezembro de 2021, que exonera **REJANE DOS SANTOS SOUZA**, CPF nº XXX.727.285-XX, do cargo de Livre Provimento, de Assessor Técnico de Apoio as Unidades do Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho.

Esta portaria retroage seus feitos legais a data de 1º de dezembro de 2021.

Dé-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Aracaju, 02 de dezembro de 2021.

JORGE KLEBER SOARES LIMA
Diretor Geral da Fundação Hospitalar de Saúde